

Após nova ordem de prisão, Jorge Picciani se apresenta à PF

Os deputados estaduais do Rio Jorge Picciani, Edson Albertassi e Paulo Melo se apresentaram à Polícia Federal na tarde desta terça-feira (21/11), após nova ordem de prisão expedida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Picciani é o presidente da Assembleia Legislativa fluminense (Alerj).

Agência Brasil



Após decisão do TRF-2, o presidente da Alerj, Jorge Picciani, apresentou-se na PF. Agência Brasil

A prisão foi determinada pelo TRF-2 em sessão extraordinária, na qual os desembargadores da 1ª Seção acompanharam, por unanimidade, o voto do relator, desembargador Abel Gomes.

O relator considerou que a Alerj extrapolou suas atribuições constitucionais ao [ordenar a libertação](#) dos três parlamentares após votação na última sexta-feira (17/11), sem sequer comunicar o TRF-2 da decisão.

Outro ponto criticado pelos magistrados foi o impedimento de entrada na Alerj, durante a votação, de uma oficial de Justiça que trazia liminar obrigando a abertura das galerias da Casa a manifestantes.

Intervenção federal

Abel Gomes também defendeu que se oficie ao presidente do TRF-2, desembargador André Fontes, caso a ordem não seja cumprida, um requerimento de encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de pedido de intervenção federal no estado do Rio de Janeiro.

Votaram com o relator os desembargadores Messod Azulay, Paulo Espírito Santo, Simone Schreiber e Marcelo Granado. O presidente da 1ª Seção, desembargador Ivan Athié, não votou.

Picciani, Melo e Albertassi [ficaram presos](#) cerca de 24 horas, no âmbito da operação cadeia velha, por recebimento de propinas de empresas de ônibus. Individualmente, eles se apresentaram à Polícia Federal no final da tarde do dia 16 e foram soltos no final da tarde do dia seguinte, após a decisão da Alerj.

Após a votação da Assembleia, o TRF-2 determinou o bloqueio de R\$ 270 milhões, em dinheiro e bens, equivalente ao que teriam recebido para favorecer as empresas. Os três parlamentares entraram com

pedido de licença até fevereiro. Os advogados dos deputados não tiveram a palavra para fazer sustentação oral.

Outro lado

O advogado Nélio Machado, que defende Picciani, considerou a decisão do TRF-2 "ilegal, inconstitucional e infeliz", e afirmou que irá recorrer. As demais defesas saíram da sessão do TRF-2 sem falar com a imprensa. *Com informações da Agência Brasil.*

Date Created

21/11/2017